

OCUPAR (NÃO) É CRIME: O JOGO POLÍTICO DOS SENTIDOS NO ACONTECIMENTO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016

Bruna Maria de Sousa Santos
Mestranda em Estudos de Linguagem
Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Washington Silva de Farias
Professor Doutor em Linguística
Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

RESUMO

O artigo apresenta uma abordagem discursiva sobre o acontecimento das ocupações estudantis ocorridas no Brasil em 2016, a partir da análise de recortes referentes a dois vídeos que tratam da manifestação, sendo um representativo da posição do movimento estudantil, e outro da posição da mídia tradicional. Nosso objetivo é expor movimentos de significação (ORLANDI, 2007) que caracterizam o discurso das e sobre as ocupações, bem como compreender os processos de legitimação e deslegitimação implicados nesses discursos. O trabalho se ancora teoricamente na Análise de Discurso, explorando as relações entre interpretação e ideologia (ORLANDI, 2012), bem como os conceitos de efeito metafórico (PÊCHEUX, 2014[1969]) e de política do silêncio (ORLANDI, 1993). A análise do *corpus* demonstra que o jogo político de disputa pelos sentidos que marcou o acontecimento das ocupações se constitui de forma polêmica pelos deslizamentos de sentido “ocupação/luta” e “ocupação/crime”.

Palavras-chave: ocupações estudantis, confronto discursivo, movimento de significação.

ABSTRACT

This article presents a discursive approach to the school occupations' event that occurred in Brazil in 2016, from the analysis of clippings referring to two videos dealing with the manifestation, one as representative of the position of the students' movement and another as the traditional media position. We main to expose movements of meaning (ORLANDI, 2007) that characterize the discourse of and about these occupations, as well as to understand the processes of legitimating and delegitimating implicated in these discourses. This paperwork is based theoretically in Discourse Analysis, exploring relations between interpretation and ideology (ORLANDI, 2012), concepts of metaphorical effect (PÊCHEUX, 2014 [1969]), and politics of silence (ORLANDI, 1993). The *corpus* analyses demonstrates that the political game of dispute for the senses that marked the event of the occupations is constituted in a polemical way by the changing of sense "occupation/struggle" and "occupation/crime".

Keywords: student occupations, discursive confrontation, movement of signification.

INTRODUÇÃO

O acontecimento histórico das ocupações estudantis de 2016 situa-se em um período de profunda instabilidade na política brasileira, em que os projetos de governo para áreas como previdência e educação sofriam severas mudanças em face à transição decorrente do processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT), em agosto do mesmo ano. Tal processo teve como consequência a ascensão do então vice-presidente Michel Temer (PMDB) ao cargo de presidente, sendo ele o responsável pelo rompimento com o plano de governo petista ao implantar uma outra agenda político-econômica de orientação neoliberal, provocando, assim, uma reconfiguração do cenário político-social brasileiro.

Em meio a esse quadro de reconfiguração, surgiram novos projetos de lei que propunham modificar a esfera educacional, como o de reorganização de escolas da rede estadual, do governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB). Esse projeto encontrou forte resistência por parte dos estudantes secundaristas, que se mobilizaram contra a proposta, ocupando, aproximadamente, duzentas escolas no Estadoⁱ. A nível nacional, outras propostas de mudança, no âmbito da educação, esbarraram na intensa oposição dos estudantes, em especial, a Medida Provisória (MP) 746, que tratava da reforma do Ensino Médio, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55, que limitava os gastos do governo federal por vinte anosⁱⁱ, ambas, aprovadas, respectivamente, em dezembro de 2016 e fevereiro de 2017. Além dessas pautas, as ocupações estudantis passaram a incorporar outras reivindicações ao movimento, como a oposição ao Projeto de Lei Escola sem Partido e ao governo do então presidente Michel Temer.

Nessa conjuntura histórica de intensa mobilização, o protesto dos estudantes, evidenciado pelo ato de ocupação das escolas, ganhou visibilidade, dividindo opiniões e instaurando a produção e circulação de um discurso polêmico sobre as ocupações, isto é, um discurso de funcionamento polissêmico, cujo referente sobre o qual se fala (nesse caso, as ocupações estudantis) é “disputado pelos interlocutores” (ORLANDI, 2013, p. 86). Nessa disputa, duas posições antagônicas sobressaíram: de um lado, a posição do movimento estudantil, que buscava legitimar as ocupações enquanto mecanismo de luta por direitos; e, do outro, a posição de parte da mídia tradicional que, de forma direta ou indireta, tentou deslegitimar o movimento associando-o à criminalidade. Assim, para o mesmo acontecimento, emergiu uma produção de diferentes sentidos em torno das ocupações estudantis, caracterizando um movimento de significação (ORLANDI, 2007) que se deixa entrever por processos de legitimação e deslegitimação postos em jogo.

Buscando compreender esse movimento, construímos nosso *corpus* a partir da análise de seqüências discursivas (SD) retiradas de dois vídeosⁱⁱⁱ publicados no *Youtube*, que textualizam posições de dois discursos em confronto: o primeiro, enunciado pelo jornalista da rede Globo de televisão Alexandre Garcia (AG), trata-se de uma manifestação contra as ocupações; o segundo, enunciado por representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), refere-se à defesa do movimento estudantil e do ato de ocupar escolas. Nossa escolha por tais materialidades se deu em função das tomadas de posição dos enunciadores enquanto “efeito de identificação assumidos” (PÊCHEUX [1983] 1990, p. 57) que nos

possibilitaram verificar, nesses discursos, os processos de legitimação e deslegitimação (das ocupações), nossas categorias analíticas.

Para proceder à análise, partiremos do quadro teórico geral da Análise do Discurso pecheutiana, que toma o discurso como objeto específico, buscando descrever as condições sócio-histórico-ideológicas pelas quais emergem os sentidos e sujeitos enquanto efeitos de linguagem. Nessa perspectiva, analisamos a produção de sentidos em torno do acontecimento das ocupações estudantis, a fim de evidenciar as posições-sujeito inscritas nesse jogo discursivo e observar os movimentos de deslocamento, apagamento e ressignificação implicados nos processos de legitimação/deslegitimação produzidos.

Consideraremos, na análise dos recortes selecionados, o funcionamento do efeito metafórico (PÊCHEUX, 2014[1969]), as relações entre linguagem, silêncio e política (ORLANDI, 1993) e, ainda, entre ideologia e interpretação (ORLANDI, 2012).

1. SOBRE A TEORIA DO DISCURSO: BREVES APONTAMENTOS

Um dos pressupostos da Análise do Discurso é o da língua/linguagem como lugar em que sujeitos e sentidos se inscrevem para significar e significar-se. Por essa razão, ela não pode ser dissociada de seu caráter social, histórico e ideológico. Outra particularidade da língua, sob a ótica discursiva, está na sua condição opaca, não transparente: o sentido não é dado, não é fixo, mas constituído num processo histórico contínuo que envolve necessariamente sujeito, ideologia e linguagem.

Por essa razão, dizemos que a língua é sujeita ao equívoco, aberta aos deslizamentos de sentido (ORLANDI, 2013). Desse modo, podemos afirmar que as palavras não possuem sentidos fechados em si, mas estão determinadas “pelos posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual [...] são produzidas” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 146). Os sentidos se constituem, pois, numa relação de dependência com o “todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 146); portanto, variam de acordo com as posições (formações) ideológicas sustentadas pelos sujeitos que os empregam.

Articulada à noção de formação ideológica, está a de *Formação Discursiva* (FD), que designa “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, [...] determina o que *pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 160, grifo do autor). Isso significa que os sentidos dependem das formações discursivas onde são produzidos e que representam, no plano da linguagem, as formações ideológicas.

Ainda sobre as FD, Pêcheux (2014 [1975]) defende a tese de sua dependência constitutiva do *interdiscurso*, que consiste no complexo das formações discursivas, em sua “rede de sentidos”, materialidade discursiva exterior e anterior aos elementos de uma formação discursiva dada. O interdiscurso, nessa perspectiva, constitui aquilo que fala “antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 2014[1975], p. 142), sustentando a produção dos efeitos de sentido, ou seja, a retomada e o deslocamento dos sentidos a partir de diferentes discursos.

O interdiscurso funciona, pois, como memória da significação, que se estrutura e sedimenta pelo esquecimento: “esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós” (ORLANDI, 2012, p. 28). Assim, no momento de formulação de um discurso, o sujeito discursivo filia-se a determinados sentidos em uma rede de memória e só desse modo é possível significar: é porque já foi dito (já foi inscrito na história) que o novo dizer faz sentido. É nessa relação entre o dizer, sua memória e seus efeitos, que desenvolvemos nossa análise dos discursos da e sobre as ocupações de 2016.

2. PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE

Na análise que aqui empreendemos, apresentamos três sequências discursivas, sendo duas, recortes do discurso de Alexandre Garcia (**SD1 e SD2**) e uma, recorte do discurso da UNE (**SD3**). Tomaremos o discurso da UNE como representante da posição política progressista do movimento estudantil brasileiro em relação a lutas políticas e sociais, e o discurso do jornalista Alexandre Garcia como representante da posição política conservadora da mídia tradicional brasileira^{iv}. Assim, se de um lado, a posição histórica da UNE liga-se ao campo social progressista, tendo a entidade lutado contra a Ditadura Militar, a favor da redemocratização do país e das Diretas-Já^v, por outro, o jornalista e apresentador do Grupo Globo tem sua história ligada à Ditadura, tendo sido porta-voz do último presidente militar, o General João Figueiredo, e militante político da campanha de Paulo Maluf contra Tancredo Neves nas eleições indiretas que puseram fim ao regime militar^{vi}. Há mais de uma década, o jornalista é comentarista e editorialista político da Rede Globo,

sendo suas posições marcadas pela adesão à agenda neoliberal do Estado mínimo e pelo reacionarismo aos movimentos sociais^{vii}. Desse modo, defendemos que, nos seus discursos, AG não representa apenas sua posição individual, mas a posição do grupo que lhe dá voz (o Grupo Globo), que, há décadas, tem exercido em nosso país o papel principal de controlar a agenda política nacional e conter, de forma explícita ou dissimulada, as lutas políticas de setores sociais não dominantes, a favor de interesses corporativos próprios ou de seus patrocinadores^{viii}. Explicitadas as posições a partir das quais AG e a UNE enunciam, passemos às condições de produção imediatas em que foram produzidos os enunciados em análise.

Os recortes que compõem nosso *corpus* remontam a novembro de 2016, com a polêmica instaurada pelo adiamento da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas 304 instituições escolares ocupadas. Tal providência do Ministério da Educação foi duramente criticada pelo Movimento Estudantil, que tomou a medida como um ato autoritário baseado em ameaça e culpabilização dos ocupantes^{ix}. A mídia tradicional, por outro lado, abordou o cancelamento do ENEM realçando o prejuízo que causaria aos estudantes inscritos no exame, o que significava atribuir ao movimento um caráter danoso para a sociedade^x.

Nesse contexto, o confronto de posições e a disputa pelos sentidos sobre as ocupações passou a se intensificar, materializando-se a partir de dois processos discursivos: 1) a deslegitimação do movimento, constitutivo do discurso de AG, que remete ao deslizamento *ocupação/crime*; e 2) a legitimação das ocupações, manifestada no discurso da UNE pelo

deslizamento *ocupação/luta*. Analisamos, pois, esses dois processos discursivos, de modo a compreender como se constituem e produzem seus efeitos de sentido.

2.1. O PROCESSO DE DESLEGITIMAÇÃO DAS OCUPAÇÕES: OCUPAÇÃO É CRIME

Para compreender o processo de deslegitimação das ocupações, consideramos, em um primeiro movimento de análise, um dos procedimentos desenvolvidos por Pêcheux e Wesselius (1973 [1977]) ao analisar os sentidos produzidos pelo lexema *luta* no discurso do movimento estudantil francês na década de 1960. Nesse contexto, os autores levantaram uma série de questionamentos de modo a compreender a produção desses sentidos: “quem luta, com quem, contra quem ou contra o quê? Como? Por que ou por quem?” (p. 266). Considerando que buscamos compreender os processos discursivos de (des)legitimação sobre o acontecimento das ocupações estudantis de 2016, podemos, com base nos autores mencionados, levantar os seguintes questionamentos: *quem ocupa, contra quem ou o quê? Como e por que ou por quem?* Vejamos de que maneira essas perguntas são respondidas nas SD1 e SD2, transcrições de trechos do comentário político de AG sobre as ocupações para o telejornal DFTV 1ª edição, publicado no *Youtube*:

SD1: O que eles estão fazendo é invasão, prejudicando, no caso, aqui, do Distrito Federal, dez mil de seus colegas. Mas esse não é o único prejuízo. A Justiça Eleitoral disse que gastou três milhões pra mudar locais de votação que estavam em escolas.

Agora, se anuncia que pra transferir o ENEM, vai se gastar – pra não prejudicar noventa e cinco mil inscritos – vai se gastar oito milhões e meio. De onde é que sai o dinheiro? Dos contribuintes que tão trabalhando pra pagar imposto. Eles não pagam imposto. Agora, eles alegam que é pra discutir a reforma de ensino. Eu entendo. A reforma do ensino, do ensino médio, começou a ser discutida em 1998, quando o projeto dessa reforma foi mandado pro Congresso Nacional. Desde então, tem havido audiências públicas discutindo a reforma do Ensino Médio. Então, eu entendo a posição deles porque eles não haviam ainda nascido, quando começou a discussão da reforma do Ensino Médio (GARCIA, 2016).

Na SD1, podemos observar, inicialmente, a designação atribuída ao movimento de ocupação. Para AG se trata de invasão de escolas (“O que eles estão fazendo é invasão...”). Ao substituir *ocupação* por *invasão*, produz-se um efeito metafórico, “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, p. 96, 2014 [1969]), que não equivale a uma relação de sinonímia, uma vez que ocorre produzindo deslizamentos de sentido.

A esse propósito, evocamos o trabalho de Indursky (1999) sobre os processos de designação da posse da terra, analisados a partir de notícias da mídia impressa. Nesse estudo, a autora constatou que, na substituição de *ocupação* por *invasão*, não ocorria um processo sinonímico, uma vez que os referentes desses lexemas não eram os mesmos: a designação *ocupação*, utilizada por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), remetia a uma ação pacífica e estratégica para acelerar as ações governamentais de reforma agrária, ao passo que *invasão*, termo empregado por

latifundiários e pela mídia tradicional, referia-se à violação da lei e ao direito à propriedade. Tais formas de designação estão inscritas no interdiscurso e, ao serem retomados, no acontecimento das ocupações estudantis, produzem efeitos semelhantes.

Desse modo, ao afirmar “O que eles estão fazendo é invasão”, AG retoma e atualiza a posição-sujeito dos latifundiários e da mídia tradicional, reiterando os sentidos de violação à lei e de criminalidade atribuídos ao ato da ocupação, acrescentando a essa posição um novo interlocutor negado (agora o movimento estudantil). Assim, no discurso de AG, o sentido de *ocupação* é metaforizado (torna-se *invasão*). Esse deslocamento, portanto, assinala um confronto discursivo entre posições antagônicas que se explicita no âmbito do interdiscurso. No intradiscurso da SD1, esse contraste é apagado, deixando, porém, vestígios de sua existência na estrutura: *o que se está fazendo é invasão*, que assinala a afirmação de um sentido acatado, em contraste com um sentido rejeitado, não formalmente explicitado: *o que se está fazendo é invasão, e não ocupação*. Essa não explicitação do sentido-outro, aliás, nos parece estratégica, pois evita a nomeação e definição da posição que se quer desqualificar.

Quanto às determinações de *quem ocupa e contra quem se ocupa*, verifica-se que o discurso de AG demarca uma divisão imaginária dos sujeitos implicados no acontecimento das ocupações: de um lado, os ocupantes, estudantes do movimento estudantil, dos quais o enunciador AG se distancia, referenciando-os genericamente pelo pronome de 3ª pessoa “eles”; de outro, os estudantes supostamente prejudicados com as ocupações,

quantitativamente designados (“dez mil de seus colegas” e “noventa mil inscritos” no ENEM), um outro “eles” em nome dos quais AG enuncia, colocando-se como seu porta-voz.

A reiterada designação dos sujeitos da ocupação (estudantes, movimento estudantil) pela forma pronominal “eles”, que, tendo em vista sua natureza fórica, é esvaziada de sentido, dilui a densidade histórica e política desses sujeitos, contribuindo assim para o efeito de desqualificação de seu movimento. Aliás, na SD1, os participantes das ocupações sequer são reconhecidos como estudantes (salvo indiretamente na expressão “seus colegas”), deixando, quanto a isso, um lugar aberto, equívoco, a ser preenchido pelos telespectadores do DFTV. No discurso de AG, os estudantes, que num ato político deliberado ocuparam as escolas para reivindicar uma pauta específica, são um referente propositalmente ambíguo e vago (“eles”), cabendo nele a designação de “estudantes”, mas também “vagabundos”, “desordeiros”, “inúteis”, “desocupados”.

A discriminação de duas categorias de “estudantes”, estrategicamente colocada no discurso de AG, produz também um efeito de divisão e antagonismo políticos entre os estudantes de modo geral, na medida em que situa as ocupações num cenário maniqueísta e simplista que coloca, de um lado, os estudantes das ocupações, causadores de prejuízos aos demais estudantes, e, de outro, os estudantes matriculados nas escolas (do Distrito Federal) e os candidatos inscritos no ENEM. O jornalista, pois, cria um antagonismo que omite, por exemplo, qualquer referência aos apoios recebidos pelos estudantes das ocupações: de outros estudantes, de professores, de pais e de servidores das escolas. Essa omissão cria um efeito adicional de rejeição a esses alunos.

Uma outra forma de desqualificação do movimento de ocupação presente no discurso de AG é a divisão entre contribuintes e não-contribuintes. Ao mencionar os supostos prejuízos das ocupações, AG afirma que estes prejuízos seriam arcados pelos contribuintes “que tão trabalhando pra pagar imposto”. As ocupações, assim, do ponto de vista do comentarista, resultariam também em prejuízo para a parte produtiva da sociedade (os que contribuem). Esse dizer traz a reboque dois efeitos de sentido desqualificadores sobre os estudantes das ocupações: que são improdutivos (não trabalham) e que não são contribuintes (não pagam impostos). No primeiro caso, a referência à ação de *trabalhar*, na forma de uma ação presente e contínua (“tão trabalhando”) parece remeter a uma comparação com a ação dos estudantes, que estavam ocupando as escolas, criando-se, desse modo, uma oposição valorativa entre “trabalhar” e “ocupar” que permite a conclusão de que “enquanto os contribuintes estão trabalhando para pagar impostos, os estudantes estão ocupando escolas”. Desse modo, sendo “trabalhar” o polo antagônico positivo de “ocupar”, sobre esta ação incidem todos os sentidos pejorativos de “não trabalhar”, por exemplo, de desocupação, vadiagem, malandragem, etc. Além disso, a divisão contribuintes/não contribuintes tem um efeito violentamente simplificador e deformante, pois reduz a cidadania ao pagamento de impostos e as formas de tributação destes ao imposto direto – aquele que incide proporcionalmente sobre a renda –, e a existência do imposto indireto – aquele que incide igualmente sobre o consumo de qualquer mercadoria ou serviço e que, portanto, afeta mais significativamente os setores de menor renda da população, nos quais se incluem os estudantes de escolas públicas.

Também a partir da SD1, podemos observar que, ao vincular as ocupações a ideia de invasão, AG reduz a avaliação do movimento a argumentos de ordem material e econômica: os “prejuízos” e “gastos” decorrentes da transferência de locais de votação das eleições de 2016 e de locais de realização das provas do ENEM. O efeito negativo desses “prejuízos” e “gastos” é acentuado na SD1, pela presença e repetição dos lexemas “prejudicar” (prejudicando/prejuízo/prejudicar), “gastar” (gastou/gastar) e “pagar” (pagar/pagam). Essas escolhas colocam os problemas sociais e educacionais sob a ótica neoliberal da primazia da econômica sobre o político. Desse modo, o discurso de AG se constitui a partir de uma estratégia que dá visibilidade aos possíveis efeitos econômicos negativos das ocupações, apagando seu caráter político de reivindicação por direitos de cidadania, bem como o papel do Estado nas “intermediações não mercantis entre cidadãos” (SANTOS, 2010).

Os argumentos e dados apresentados por AG, aparentemente irrefutáveis, mostram-se equívocos, por serem margeados de não-ditos que os contestam, dos quais podemos destacar o fato de que a decisão da transferência de locais de votação e de provas não foi iniciativa ou exigência do movimento estudantil, mas do próprio governo. O argumento, na verdade, promove uma transferência indevida de responsabilidade que acentua a imagem negativa do movimento de ocupação. Os dados aparentemente objetivos apresentados por AG também trazem vestígios de incerteza, de dúvida, o que os inscrevem no campo do polêmico e do político. Observe-se que na afirmação de que a “Justiça Eleitoral disse que gastou dez milhões...”, o recurso ao discurso indireto, ao mesmo tempo em que dá sustentação ao que é dito por uma autoridade (a Justiça Eleitoral), deixa uma dúvida sobre a

veracidade do fato enunciado, uma vez que generalidade do verbo *dicendi* “dizer” (“disse que...”) indicia um efeito locutório de uma declaração passível de confirmação e até mesmo de contestação. Assim, sobre o enunciado em questão se pode sempre indagar: “Disse que gastou, mas gastou mesmo?”. Já na afirmação “Agora, se anuncia que [...] vai se gastar...”), também utilizada por AG, a incerteza gerada é ainda maior, pois, além de se tratar de previsão (ação possível no futuro), não se identifica o agente da declaração sobre os gastos (“se anuncia” “e vai gastar”).

Não reconhecendo a legitimidade das ocupações e, mais que isso, colocando-se explicitamente contrário a elas, o discurso de AG, como já vimos, evita explicitar o perfil político dos ocupantes (*Quem ocupa*) e também as motivações pelas quais as ocupações aconteceram (*Por quem ou por que se ocupa*). Os estudantes se colocaram contrários à aceleração do processo de discussão e votação da reforma do Ensino Médio decidida pelo governo Temer, solicitando a suspensão de sua tramitação, a fim de que fosse efetivamente discutida com os interessados. Também se colocavam contrários à PEC 241/2015, que propunha limitar investimentos sociais por vinte anos, argumentando os estudantes que essa medida prejudicaria os repasses para a educação. Além disso, em cada estado ou município em que houve ocupações, os estudantes tinham também suas pautas locais. Em São Paulo, por exemplo, as ocupações trouxeram à tona a chamada “máfia da merenda”. O movimento também carregava um significado político geral de defesa da educação, da escola pública e do protagonismo dos estudantes nessa luta.

Dentre as reivindicações dos estudantes, porém, AG menciona apenas aquela referente à reforma do Ensino Médio, tratando-a de modo irônico, argumentando que a proposta já vinha sendo discutida desde 1998, quando os estudantes-ocupantes ainda não tinham sequer nascido. Assim, a estratégia de deslegitimação quanto ao *porquê* das ocupações se vale da simplificação do conjunto das reivindicações e da desqualificação irônica do argumento dos estudantes sobre a reforma do Ensino Médio. Há nessa concessão à explicitação da posição dos estudantes um efeito de banalização e de negação dessa posição que faz ressoar a histórica desconfiança burguesa sobre a capacidade das massas de gerirem, a seu tempo e modo, seus próprios destinos, relegando ao infantilismo e à inconveniência as revoltas e as lutas populares (PÊCHEUX, 2014).

Na SD2, recortada do mesmo discurso de AG, atestamos outros movimentos estratégicos que produzem efeitos de apagamento.

SD2: Escola se ocupa em ensinar, professor se ocupa em dar aula e aluno se ocupa em estudar. Isso é ocupação de escola (GARCIA, 2016).

Inicialmente, podemos constatar, na SD2, que o sujeito enunciador se vale do corpo de regras da língua – de suas propriedades sintáticas e semânticas – relativas ao lexema “ocupar” para, mediante um jogo de palavras (“Escola se ocupa em **ensinar**, professor se ocupa em **dar aula** e aluno se ocupa em **estudar**”), definir as funções da escola e de seus

sujeitos principais (o professor e o aluno). O caráter tautológico das definições produz um efeito de simplificação, de transparência dos sentidos da escola, da educação, que se quer então afirmar, legitimar: uma concepção meramente funcional e mecânica da escola, cada sujeito exercendo, isoladamente e com a máxima obviedade, sua função. Com isso, são afastados e rejeitados os sentidos políticos do espaço escolar que o movimento de ocupação trazia à tona. O trocadilho com as propriedades semânticas do verbo “ocupar”, entre seu sentido transitivo direto (ocupar um lugar físico ou social; apoderar-se) para sua forma pronominal (ocupar-se de uma função, de uma atividade), assinala uma mudança não só linguística, mas de ordem ideológica, um contraponto discursivo entre posições antagônicas, que se explica pelas relações de memória do discurso de AG. Como explicita Pêcheux (2015 [1983]), a memória discursiva é um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas” (p. 50). É no espaço da memória, onde se inscreve o acontecimento das ocupações, que os enunciados de AG funcionam como uma contrapalavra que, ao mesmo tempo, apaga e dá visibilidade a seus sentidos. Assim, a formulação final da SD2, na sua transparência intransdiscursiva de aposto reiterativo (“Isso é ocupação”) funciona, interdiscursivamente, numa forma polêmica (“Isso é ocupação. Não o que eles estão fazendo”), ficando dessa forma visível seu caráter político de antagonismo e de rejeição aos sentidos que o movimento estudantil estava (re)formulando para a escola.

Assim, o discurso de AG funciona politicamente apagando “os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (ORLANDI, 1993, p.76). Nesse processo de

apagamento, evidencia-se o funcionamento da *política do silêncio*, que designa “os modos de se apagar sentidos, de se silenciar e de se produzir o não-sentido onde ele se mostra algo que é ameaça” (ORLANDI, 1993, p. 14). Dessa maneira, para que não se ressoem sentidos inscritos na FD dos manifestantes, o silêncio atua no discurso de AG apagando sentidos possíveis, mas indesejáveis, sentidos ligados à luta pelos direitos estudantis e de cidadania.

2.2. O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DAS OCUPAÇÕES: OCUPAÇÃO É LUTA

Semelhante ao primeiro momento de análise, recorreremos aos procedimentos desenvolvidos por Pêcheux e Wesselius (1973[1977]) para compreender os processos discursivos de legitimação das ocupações a partir dos questionamentos: *quem ocupa, contra quem ou o quê? Como e por que ou por quem?* Nesse contexto, utilizaremos recortes do vídeo “Contra a criminalização do movimento estudantil”, publicado em 2016 no canal oficial da UNE no *Youtube*. O vídeo apresenta trechos de falas de representantes do governo federal se colocando contra o movimento de ocupação das escolas e, em seguida, representantes da UNE tomam a palavra, alternando suas falas, para expor seu posicionamento com relação à criminalização do movimento estudantil, como pode-se observar na SD3.

SD3: Na ditadura militar, os estudantes foram os primeiros a serem perseguidos. Agora, o governo ilegítimo quer criminalizar o movimento estudantil. Eles querem congelar o investimento da educação em vinte anos e nós é que somos criminosos? [...] A juventude se ergueu contra o congelamento do seu futuro. Nós não nos calaremos. Lutar não é crime e nós lutamos pela educação, lutamos pelo futuro, lutamos pelo Brasil. Eu digo não à criminalização do movimento estudantil. Ocupa tudo! (UNE, 2016).

Na SD3, a UNE marca sua posição, determinando *quem ocupa* a partir de uma estratégia discursiva que abrange uma pluralidade de autodesignações que funcionam de modo a legitimar o movimento de ocupação. Inicialmente, utilizam a primeira pessoa do plural “nós” (movimento estudantil/UNE) para se contrapor a um “eles” (governo ilegítimo/governo Temer), marcando uma relação de antagonismo com aqueles que querem “congelar os investimentos da educação”. Em seguida, os membros da entidade designam-se enquanto juventude (*A juventude se ergueu...*), colocando-se na condição de porta-vozes dos jovens brasileiros. E, ao retomar o “nós” (*Nós não nos calaremos*), produz-se um efeito de equivalência e unidade entre a juventude e a UNE, realçando, desse modo, sua representatividade política e social.

Mais à frente, cada representante do movimento repete o enunciado “Eu digo não à criminalização do movimento estudantil”, colocando-se na primeira pessoa do singular (eu), e produzindo um efeito de repetição que convoca cada jovem brasileiro a, também, ocupar esse lugar do “eu” preenchido pela UNE, dizendo não à criminalização do movimento estudantil. No último enunciado (*Ocupa tudo!*), o sujeito que enuncia não aparece, isto é,

não há um processo de autodesignação, mas uma convocação marcada pela forma imperativa, “ocupa”, expressando uma ordem/súplica ao interlocutor (ocupa tu) que parece ser os jovens/estudantes, dos quais a UNE se coloca como porta-voz.

Os objetos da *luta* (*contra quem ou contra o quê?*) são especificados na SD3, quando fazem referência ao *congelamento de investimentos para a educação* e, ainda, quando ressaltam sua posição contrária à *criminalização do movimento estudantil* e ao próprio governo Temer, caracterizado como *ilegítimo*. Ao classificar o governo desse modo, os manifestantes defendem a ilicitude do afastamento sofrido por Dilma Rousseff, na alegação de que o processo se tratou de um golpe de estado articulado por Michel Temer e aliados.

Ao remeter, ainda, à memória da ditadura, o discurso da UNE produz efeitos de sentido ligados à repressão, associando o governo Temer a uma gestão autoritária que persegue os estudantes, criminalizando seu direito ao protesto, assim como nas ditaduras. Produz-se, assim, uma imagem do governo como criminoso por tentar calar (*não nos calaremos*) o movimento, criminalizando-o. O lexema *crime*, elemento do discurso contrário ao movimento das ocupações, usado para desqualificá-lo, é retomado para contestação: do ponto de vista dos estudantes, “ocupar” não é crime, mas luta contra o *corte nos investimentos para a educação*. “Ocupar”, portanto, está em relação de paráfrase com “luta” e em antagonismo com “crime”.

É preciso assinalar que essa resignificação só é possível devido ao *fato linguístico do equívoco* (PÊCHEUX, 1990), condição inerente à língua que a torna aberta ao plano

simbólico, constituindo-se como espaço de inscrição de múltiplos sentidos. Nesse cenário equívoco, os estudantes se referem às ocupações enquanto *luta*, retomando o discurso daqueles que criminalizam o movimento (definindo-o como *crime*) e ressignificando o sentido de ocupação, fazendo-o deslizar para um campo semântico ligado à *luta* pela educação. Assim, *ocupação* deriva para *luta*, marcando, nesse discurso, um processo de legitimação das ocupações.

Sobre o modo *como* ocupam, embora não esteja dito diretamente, a palavra de ordem “*Ocupa tudo!*” remete a um *pré-construído* (PÊCHEUX, 2014[1975]), saber comum a todos sobre o movimento, sinalizando que as ocupações se dão pela tomada do espaço escolar como forma de protesto e luta pela educação.

Sobre as razões das ocupações (*por que ou por quem ocupam*), os manifestantes explicitam que lutam “*pela educação, pelo futuro e pelo Brasil*”, aglutinando esses lexemas (educação/futuro/Brasil) em uma cadeia parafrástica que amplia os sentidos de educação legitimando sua luta e evidenciando o caráter político da escola enquanto espaço polêmico de reivindicação e luta pelos direitos, em contraponto com o efeito de redução da educação a uma questão de ordem individual e funcional (“ocupar-se”), como indicado no discurso de AG.

Confrontando, pois, os referentes do discurso de AG e da UNE, podemos observar o movimento de significação que ocorre em torno dos 1) agentes das ocupações (criminosos > lutadores); 2) do modo como as ocupações acontecem (invasão/crime > ocupação/luta); e 3)

contra quem (ou o quê) elas são organizadas (estudantes e contribuintes > congelamento de investimentos e criminalização do movimento estudantil).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui empreendidas nos permitiram observar o movimento de significação em torno das ocupações estudantis de 2016, a partir de recortes do discurso de representantes da UNE e da mídia tradicional. Nesse exercício analítico, buscamos a compreensão da maneira como os sentidos e os sujeitos se constituem em torno do acontecimento das ocupações estudantis de 2016.

Para realizar esse exercício, partimos do pressuposto de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1990, p. 53). Pudemos, assim, observar o funcionamento do efeito metafórico na produção de diferentes enunciados sobre um mesmo acontecimento histórico, pelos deslizamentos de sentidos *ocupação/crime* e *ocupação/luta*, que demarcaram um movimento de significação em torno desse acontecimento.

Evidenciamos, dessa forma, um jogo político na disputa pelos sentidos através de processos discursivos de legitimação e deslegitimação do movimento de ocupação que sinalizavam, em cada discurso, confrontos entre FD numa relação de antagonismo. Vimos que o processo de deslegitimação funciona por meio da criminalização do movimento

estudantil, pelo apagamento do caráter político da educação e pela ressignificação do lexema *ocupação*. Já o discurso dos representantes da UNE produz processos de legitimação a partir da contestação dos efeitos de criminalização do discurso da mídia/governo, ressignificando o lexema crime; e da reiteração do caráter político da educação.

Com isso, podemos atestar o funcionamento político do discurso numa produção de sentidos determinada pelo modo como os sujeitos são afetados por suas formações discursivas e ideológicas. A análise, desse modo, pôde ilustrar a atuação ideológica na constituição dos sujeitos e dos sentidos na condição de “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2013, p. 96)-

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paulo H. *O quarto poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.

GARCIA, Alexandre. *Ocupação é crime*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9AHGaiPif_o>. Acesso em: 17 out. 2017.

INDURSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra, 1999. p. 173-185.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia e crise de representação. In: MARICATO, Hermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 89-94.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Mutilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 119-125.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp. 1993.

_____. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 4ª edição. Pontes Editores: Campinas, SP, 2012.

_____. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 1990.

_____. *Ousar pensar e ousar se revoltar*. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages, vol. 1, n. 14, 2014. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15/>

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HAK, Tony. (Org). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014 [1969].

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014 [1975].

_____. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2014 [1984]. p. 151-161.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015 [1983]. p. 43-51.

PÊCHEUX, Michel e WESSELIUS, Jacqueline. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: três organizações estudantis em 1968. In: ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977 (1973). p. 265-282.

UNE. *Contra a criminalização do movimento estudantil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Y4oXklSmlU>. Acesso em: 17 de out. 2017.

**Recebido em 02 de agosto de 2017.
Aceite em 12 de setembro de 2017.**

Como citar este artigo:

SANTOS, Bruna Maria de Sousa; FARIAS, Washington Silva de. Ocupar (não) é crime: o jogo político dos sentidos no acontecimento das ocupações estudantis de 2016. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 25, jul.-dez. 2017, pp. 331-354. Disponível em: < <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num25/dossie/palimpsesto25dossie07.pdf> >. Acesso em: **dd mmm. aaaa**. ISSN: 1809-3507

ⁱ Segundo matéria do *El País*, de 28/11/2015, naquele momento 182 escolas de São Paulo estavam ocupadas. Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448630770_932542.html

ⁱⁱ Ver em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/11/alunos-ocupam-escola-de-una-contra-pec-55-e-reforma-do-ensino-medio.html>

ⁱⁱⁱ Vídeo 1: “Contra a criminalização do movimento estudantil”.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-Y4oXklSmlU>

Vídeo 2: “Ocupação é crime”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9AHGaiPIf_

^{iv} Por essa expressão estamos nos referindo aos conglomerados que dominam a comunicação e a informação de massa no Brasil, hegemonzados pelo Grupo Globo e sua rede de propriedade cruzada de emissoras de televisão, rádio, jornais, revistas, portais online, etc.

^v Ver: <http://www.une.org.br/memoria/>

^{vi} Conforme Amorim, 2015.

^{vii} Um exemplo recente das posições atuais do jornalista pode ser lido em <http://www.sonoticias.com.br/coluna/o-paradoxo-brasileiro>.

^{viii} Para entender esse funcionamento político da mídia tradicional brasileira, pode-se consultar o livro do jornalista Paulo Henrique Amorim (AMORIM, 2015), que trata do que ele denomina “Partido da Imprensa Golpista” ou “PIG”, segundo ele, composto por “O Globo, Folha, Estadão e seus subprodutos”, ou os artigos de Venício A. de Lima (LIMA, 2013) e de Mauro Lopes (LOPES, 2016), o primeiro abordando o papel da mídia brasileiro nas manifestações de rua de 2013; o segundo, no golpe de 2016 que afastou do governo a presidenta Dilma Rousseff.

^{ix} Ver em: <http://www.une.org.br/noticias/nota-da-ubes-une-e-anpg-sobre-adiamento-do-enem/>

^x Ver em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/11/enem-sera-adiado-para-240-mil-alunos-por-cao-da-ocupacao-em-escolas.html>